

4 Aspectos clínicos da perversão

4.1 Discurso perverso

A perversão é tomada neste trabalho sob a ótica do discurso, via própria para a realização de um estudo teórico articulado com a prática, a que me proponho desenvolver. Nesse caso, a perversão não é tomada como uma estrutura, mas sim como um estilo de laço social, especialmente como uma dinâmica que se estabelece na transferência. Refiro-me a um tipo de fala, endereçada ao analista, que se presta à finalidade defensiva de neutralização da angústia de castração.

Neste contexto, a perversão não tem o enfoque de uma categoria nosográfica, já que a psicanálise permite o estudo de uma dinâmica perversa que se constitui no campo transferencial.

O discurso perverso é especialmente performativo, como notaram vários autores. Performativo, na teoria dos atos de fala de Austin, é um discurso que, mais do que descrever ou relatar, é ato, faz coisas, como sugere o título do último livro deste autor: *How to do things with words* (1975). Segundo Austin, “a ação é uma atitude independente de uma forma lingüística: o performativo é o próprio ato de realização da fala-ação” (Ottoni, 1998, p.36).

Para recusar a castração, o perverso necessita de um cúmplice. Afinal de contas, ele só conserva a ilusão de completude se encontra respaldo naqueles que o cercam, geralmente neuróticos que bem sabem da castração. Isso porque:

“Se a recusa da castração leva a um arranjo ou encenação em que as outras pessoas são parte integrante, elas devem cumprir, nesse teatro, a parte que o perverso espera delas ou sua angústia sobrevirá” (Rudge, 1999, p.6).

Assim, ele precisa de alguém para que sua montagem perversa seja bem sucedida, isto é, para que provoque o efeito desejado, que é aniquilar a angústia de castração na medida em que essa desponta no outro. Então, talvez por essa razão, o perverso se mostre um grande sedutor.

Ora, neste ponto da dissertação, torna-se inevitável a alusão ao personagem Don Juan, de Molière, sobre quem Felman realizou uma minuciosa e rica análise, na qual demonstrou que o discurso perverso explora, em última

instância, a auto-referência do desejo narcísico do interlocutor. O perverso oferece ao outro uma imagem ideal que o seduz em seu próprio narcisismo.

“(...) o sedutor estende às mulheres o espelho narcísico idealizante dos próprios desejos delas mesmas (...), a dívida aqui é contraída a partir do narcisismo, os dois parceiros da dívida são a mulher e a imagem de si mesma” (Felman, 1980, p.49, tradução minha).

De fato, Don Juan ao fazer suas promessas, não mente. Ele não tem intenção nenhuma de cumpri-las, apenas brinca com a propriedade auto-referente dos enunciados performativos (*Ibid.*). Isto porque “o performativo não tem o seu referente (...) fora de si ou, em todo caso, antes de si e face a si. Não descreve qualquer coisa que existe fora da linguagem (Derrida, 1972, p.363 *apud* Ottoni, 1998, p.52). Desta maneira, o performativo não tem valor de verdade, apenas serve para promover uma ação.

E o discurso perverso se utiliza disso, subverte a autoridade da primeira pessoa, parasitando o performativo através de sua repetição infinita; além disso, manipula o outro de forma que ele próprio transgrida suas promessas (Felman, 1980).

Isto porque, na ótica donjuanesca, ser fiel à promessa é o mesmo que aceitar a morte (*Ibid.*). Portanto, dessa forma o que Don Juan faz é recusar o fim, a morte, e em última instância, a castração.

A atuação do perverso foi categorizada por McDougall (1980) como um sintoma, chamado de ato-sintoma. Através dele, o perverso refaz, a cada vez, a recusa da castração. Assim, “a instabilidade do arranjo defensivo perverso articula-se com o desempenho (*acting-out*) como seu sintoma privilegiado” (Rudge, 1999, p.7).

No ato-sintoma, há uma proteção contra a angústia de castração, também entendida como temor à morte psíquica, ou seja, à fragmentação do eu (McDougall, 1980).

O perverso revive, através de seu sintoma, a experiência de onipotência desfrutada pelo eu ideal. Bem diferentemente do neurótico, que busca esse sentimento através de seus ideais, ele precisa de um outro que lhe ateste o sucesso de sua recusa à castração. Recorre, portanto, a um mecanismo de reparação egóica que é operada pelo olhar de um terceiro.

“Graças à sombra deste terceiro, o indivíduo é capaz de conservar o sentimento da sua identidade e de anular o risco sempre presente da depressão ou da angústia persecutória que ameaçam o seu Eu, que se arrisca a mergulhar no vazio psíquico” (McDougall, 1980, p.42).

Percebe-se na citação acima que a autora, dentro de uma tradição da escola inglesa, aproxima a perversão da psicose. Concebe a primeira como uma saída à segunda, da qual se escapa através da criação do fetiche, posição compartilhada por Clavreul (1967).

Na verdade, se a análise da questão se efetuar pela via da inscrição da Lei, conclui-se que, na perversão, a castração foi afirmada e não somente recusada. Daí a célebre frase de Manonni (1973, p. 12): “eu sei que... mas mesmo assim...”. O problema é que o perverso não parece querer saber “desta sombra carregada do pai simbólico” (Dor, 1997[1991], p.41).

Portanto, sob esta ótica, a perversão estaria mais próxima da neurose do que da psicose. Até porque, Freud caracterizou a criação do fetiche como uma formação inconsciente, cujo mecanismo operador se assemelha àquele presente nos sonhos e nas neuroses.

McDougall (1980) cita em seu trabalho alguns casos clínicos, nos quais o espectador, esse terceiro que olha para a cena, era a própria imagem do sujeito refletida no espelho. Penso que, na atuação, o perverso invoca a unificação de sua *imago*. Esse Outro, terceiro, lhe garante uma *gestalt* – imagem integral, com a qual se identifica, sentindo-se desse modo completo, inteiro.

A atuação assim visa retomar a experiência de onipotência do eu ideal, matriz de todas as demais identificações, e formada a partir de uma identificação primeira, realizada pelo sujeito em um momento muito remoto, anterior à escolha do objeto e à vivência do complexo de Édipo. Trata-se de uma identificação direta e imediata com o Outro fálico. Como teorizou Zalcberg:

“O perverso necessita da materialização dessa imagem [falo] como suporte de seu ser, desmentindo¹ o que aparece na cadeia significante sob a forma de falta” (Zalcberg, 1995, p.90).

Desse modo, concluo que através do ato-sintoma, o perverso recusa a castração, identificando-se com o faló. Para tanto, necessita de um parceiro, que

¹ A autora empregou o verbo desmentir em referência ao termo alemão *Verleugnung*, utilizado por Freud, e traduzido neste trabalho como recusa.

participe de seu jogo erótico. Geralmente, um neurótico se encaixa muito bem nesse papel, pois além de carregar sua culpa, carrega a do outro.

Já que iniciei a discussão sobre a natureza da dinâmica que o discurso perverso engendra, me dedicarei à tarefa de desenvolvê-la, visto ser de grande valia para a própria análise da transferência que prevalece na clínica da perversão.

4.2. Casal perverso

Imbuída do propósito de realizar esta tarefa, tomarei emprestado de Clavreul (1967) a categoria de “casal perverso”, que também servirá à abordagem da relação entre analista e analisando, tema da próxima seção.

Em primeiro lugar, gostaria de defini-lo, o casal perverso é caracterizado como aquele cujo vínculo amoroso se funda em um contrato, bem no estilo de Masoch. Ou seja, trata-se de uma relação amorosa afeita a abusos, que são estabelecidos previamente.

O contrato tem de ser, no caso, bem definido e confidencial, incluindo em suas cláusulas o “abuso autorizado da perversão” (Clavreul, 1996[1967], p.119).

Ao contrário de todos os outros, no contrato do casal perverso – e esta é sua “peça principal” (*Ibid.*, p.119) – o terceiro elemento, aquele que testemunha a legitimidade da relação e dessa forma a regula, deve estar ausente.

“Esse terceiro, que está necessariamente presente para assinar, ou melhor, para endossar a autenticidade de um vínculo amoroso normal, deveria ser excluído aqui, mais exatamente presente mas numa posição tal que ele fosse necessariamente cego, cúmplice ou impotente” (*Ibid.*, p.119).

Encontra-se excluído deste enlace, o representante da Lei e dos princípios que regem as trocas sociais. Assim, na intimidade desse par, os momentos de carinho se alternam com os de maus-tratos.

Os casais perversos não deixam de se vangloriar de ficarem após tantos anos, tão emocionados e terem tanto cuidado um com o outro (...). E citam naturalmente, como prova de amor que um tem pelo outro o respeito que têm pela intimidade, pelo segredo, pela liberdade do outro. Para o observador assombrado, um dos maiores motivos de surpresa será observar como podem conciliar uma extrema delicadeza com o desrespeito total do outro que a prática perversa implica (*Ibid.*, p.123).

A manutenção de uma relação deste tipo se deve ao segredo, que deve ser velado pelos dois. Se este for denunciado e desse modo vier a público, o contrato é anulado e a união se desfaz. Portanto, esta é a única razão para que o casal perverso se separe, ao contrário de outros casais, para quem a infidelidade ou a falta de respeito podem motivar desligamento (Clavreul, 1996 [1967]).

A certeza do perverso de que porta a verdade e seu desapego à culpa fazem com que seu par assuma toda sua angústia. Por isso, ainda que seu companheiro seja reduzido a um “objeto parcial” (McDougall, 1980, p.36), é investido pelo perverso e desempenha “uma função mágica” (*Ibid.*, p.36).

No jogo perverso, a excitação erótica depende da certeza da inocência de seu par. Ele goza com a culpa neurótica inconsciente, que então se denuncia. O erotismo cresce em proporção à angústia, aumentada pelo fato do perverso ocupar o lugar de ideal do eu para o seu parceiro.

“Afinal, todos nos dizem, em todo caso, que a excitação erótica pela contemplação do sofrimento só se baseia numa certeza: a de que *o outro é inocente*. Também, bem mais do que os gritos de sofrimento da vítima, o que importa ao sádico são os protestos de inocência e as súplicas de perdão” (Clavreul, 1990[1967], p.121-122).

Então, parece estar claro que o que interessa na escolha perversa do parceiro é sua virtude, ou em outras palavras, as insígnias que porta (*Ibid.*), já que a lei é necessária para ser ultrajada. Assim, a *disparidade* entre o casal, para empregar o mesmo termo usado pelo autor, faz-se evidente.

“Vemos assim o atleta unido ao zé-ninguém; o intelectual refinado com o rude inculto; a mulher maciça ligada ao anjo da feminilidade; o alcoólatra imoral com uma santa; o velho vicioso e o sedutor com a púbere inocente; o personagem social respeitável com o patife” (*Ibid.*, p.121).

Portanto, o par do exibicionista não é o voyeur, e do masoquista não é tampouco o sádico, pois essa complementaridade não existe na perversão.

Sem chegar a tais extremos, digamos, no entanto, que o que continua sendo mais importante para o perverso é o fato de o Outro estar comprometido, inscrito o suficiente nas referências comuns, principalmente de respeitabilidade, para que cada nova experiência represente uma *devassidão*, ou seja, para que o outro se encontre extraído de seu sistema e para que ele tenha acesso a um gozo cujo domínio o perverso se vangloria de ter em qualquer circunstância. Sempre há em qualquer ato perverso algo parecido com o estupro, no sentido de que é importante que o outro seja arrastado como contra a sua vontade numa

experiência que se inscreve em falso com relação a todo um contexto (*Ibid.*, p.133).

Para aprofundar a discussão teórica, apresentarei um caso clínico que retrata o casal perverso, e mais ainda, revela a reificação da perversão no discurso histórico.

Foi num estado de desespero e extremo desamparo que X, uma mulher de aproximadamente 50 anos, compareceu ao ambulatório de psicanálise de uma unidade pública de saúde.

Está casada há 24 anos com um policial militar dez anos mais novo que ela, nomeado por mim de Y, que a humilha e insulta, pelos últimos quatro anos. Até esta época, ele era um “bom marido”, amoroso e provedor, “pai de seus filhos”. Ela atribui a mudança à influência de uma mulher envolvida com a criminalidade, sua amante, com quem ele tem um filho de 4 anos (aí talvez resida a razão de localizar a mudança nesta época).

X se incomoda muito com o fato dele ser dissimulado, ter “duas caras”, pois na frente da família e vizinhos, Y é extremamente carinhoso, postura que não adota quando estão sozinhos.

Ele passa todos os dias fora de casa, não diz aonde vai e nem de onde vem, fica incomunicável, apenas aparece para comer e dormir. Além disso, vem apresentando atitudes consideradas por elas muito suspeitas, o que faz aumentar sua angústia, pois ela teme que seja responsabilizada por alguma coisa errada que ele tenha feito. Um dia me disse:

“Se me perguntarem sobre alguma coisa que ele fez, eu não vou saber responder e vão me dizer, mas você tem que saber, você é a esposa dele!”.

Parece portanto que ela se sente culpada. E então, sai à procura de motivos. Mexe nas coisas do marido, verifica se a mala do carro e as portas estão abertas para ver o que ele guarda, chega até a ler as bulas dos remédios que encontra caídas no chão.

Ele não arca com nenhuma despesa doméstica e ela, embora reclame, cuida dele como uma “boa esposa”, lava, passa e cozinha, “para que ele não tenha nada de errado para falar” dela. Só se refere a ele pelo termo “senhor”/ “seu”, o que parece fazer dela uma serva. É submissa e costuma aceitar tudo que ele fala.

Muito assustada com ameaças de morte que recebeu por telefone, contra si e seu marido, cuja autoria atribui à amante do marido e seus “colegas”, procurou ajuda policial, sem ter êxito, no entanto. Este fato contribuiu enormemente para reforçar o seu sentimento de impotência diante dele, e o superpoder que ela lhe atribui, como demonstra nesta fala:

“Eu sou ignorante, mas a sra. tem que ver ele falando, ele é culto, se a sra. visse ele, não ia acreditar no que eu estou falando. Ia pensar que eu estou mentindo. Eu paguei a faculdade dele, ajudei ele a se candidatar a vereador!”

A fantasia de X sobre a onipotência de Y ganhou força pelo fato dele ter trabalhado por quase 20 anos no fórum de seu município “onde todos gostam muito dele”, situação que a faz crer ser impossível se separar dele, a não ser que ele queira sair de casa. Desta maneira, lhe implora freqüentemente para vá embora, então nesses momentos chora, se mostra frágil, uma “doente”.

O flerte desta histérica com a ausência da Lei se torna patente pelo seu trabalho, aluguel de fitas de vídeo e de DVD (muitas são “piratas”), numa locadora sem licença montada em sua casa.

Ele a ameaça todos os dias de que ficará com a casa em que moram, e diz que se ela sair de casa por mais de 24 horas, entrará na justiça contra ela por “abandono de lar”. Toda vez que ela ensaia dizer que vai morar em outro lugar, ele a convence de ficar. E ela fica... chega às sessões chorando, desesperada, pois “não agüenta mais sofrer”. “Ele não sai de casa doutora...”, é o que me diz para justificar seus ganhos neuróticos, e completa “eu não vou sair da minha casa, que lutei tanto pra construir...”. Aos poucos ele vai tirando as coisas da casa: toalhas, eletrodomésticos, até portas e janelas. Ela se queixa de tudo isso, de seu sofrimento, mas está presa ao gozo, seduzida por alguém que se mostra não castrado.

Apesar de não ser do costume de Y agir com violência física contra X, já que ele lhe diz não ser burro o suficiente para deixar marcas, Y abusa da violência psicológica. E quando, ocasionalmente, vem a agredi-la fisicamente, usa luvas e bate em sua cabeça porque sabe que as marcas serão difíceis de serem verificadas. Quando discutem, ele coloca os dois revólveres na mesa, o que a amedronta, fazendo-a recuar. Também costuma dizer que não tem medo de matar e nem de morrer.

Suas ameaças são da ordem do horror, diria mesmo maquiavélicas. Para exemplificar a que me refiro, um dia, após uma acalorada discussão, ele a agrediu na cabeça e no braço, tendo em seguida dito que se ela fosse à delegacia para fazer exame de corpo de delito, diria que ela estava tentando se suicidar e que a teria machucado na tentativa de impedi-la “de fazer uma besteira”. Portanto, está sempre com o controle da situação. E ela, com medo.

Y chegou à ousadia de levar a amante para casa de madrugada para apresentá-la à esposa, que foi então acordada e chamada à sala para conversar. Quando olhou para a mesa de jantar, ela viu as duas armas, o que lhe provocou mais desespero. Ele fez com que sua amante dissesse a X seu nome, e há quanto tempo estavam juntos; depois insistiu para que ela dormisse em sua casa, mas como X não concordou, eles se retiraram.

Nessa ocasião, ela percebeu o quão terrífico ele podia ser para ela. E desde então, não tem “sossego”. De vez em quando se mostra um pouco destemida, disfarçando o medo que sente dele matá-la.

Numa das suas “investigações”, acabou descobrindo que ele se livrou do dever de pagar pensão para a filha mais velha, que vive fora do Estado, pois argumentou que sua esposa estava muito doente, era paraplégica e precisava de grande quantidade de remédios, assim devido à tamanha despesa, ficava impossibilitado de arcar com sua obrigação legal.

No caso que descrevi brevemente, fica explícito como um neurótico, aprisionado pelo silêncio e atormentado pela culpa inconsciente que carrega, pode vir a se colar na imagem que o perverso lhe empresta. As autoacusações e recriminações neuróticas levam X a aceitar toda angústia e culpa que lhe são projetadas pelo seu par. Dessa forma, às vezes chega a duvidar da própria palavra, como demonstram essas falas:

“Sei que não parece ser verdade o que estou dizendo. Ninguém acredita, meus vizinhos, as pessoas que moram perto da minha casa... porque na frente deles ele é outra pessoa, me beija, pergunta como eu estou”.

“Tem vezes que acho que estou ficando maluca” [Como se nem ela própria pudesse acreditar em si mesmo].

“Eu queria já ter procurado um psicólogo, mas aí ele falou: procura, que vão ser dois malucos ao invés de um só”.

Mas, isto tudo não faz dessa mulher uma vítima, já que não podemos ignorar o gozo preso ao sintoma. De fato, ela está paralisada, capturada pelo olhar do outro, visto numa posição idealizada. Assim, mostra-se seduzida pela imagem que ele representa, de onipotência narcísica, que abarca a transgressão à Lei, movimento que ela própria se incube de fazer.

Desta maneira, alienada ao Outro e determinada pelo fantasma perverso masoquista, essa neurótica amiúde sofre, se angustia, mas também goza, pois recebe de seu par “a promessa de êxtases carregados de infinitude para retirar a ‘barra’ do sujeito” (Helsing, 1996a, p.192). Assim, parafraseando Sade, não se poupa de ser carne para ser gozada.

4.2.3 Vicissitudes da clínica com perversos

Através da discussão desenvolvida sobre o casal perverso e o papel do não-perverso na montagem da recusa da castração, é possível examinar a manifestação, na clínica psicanalítica, das peculiaridades psíquicas da perversão.

A primeira e mais importante delas é o fato da recusa, defesa que neutraliza a angústia de castração, ser uma operação psíquica fundadora da constituição do sujeito, junto com o recalque.

De fato, a recusa não é exclusiva à perversão, porém, o que é peculiar, no caso, é o objeto que é recusado: a castração, e mais, a intensidade com que é utilizada. Afinal, no aparelho psíquico, essa defesa se torna a mais importante.

Sua manifestação é sintomática. Assim, na clínica, o analista provavelmente testemunhará, em um momento ou outro, a manifestação de um discurso que se presta a recusar a castração.

Todavia, apesar do sujeito ter driblado a castração, ele não escapou de se deparar com a diferença sexual. Em realidade, ele se nega a admiti-la, mas não a desconhece.

Portanto, a visão dos genitais femininos permanece em seu inconsciente, assim como no pré-consciente, o que leva à conclusão de que há um conhecimento que foi adquirido sobre a diferença entre os sexos. Enfim, deste modo, é certo que a castração está inscrita. Reside, também neste ponto, uma

proximidade da perversão da neurose e, por conseguinte, uma importante diferença em relação à psicose.

Se o perverso atua castrando imaginariamente o outro, ou às vezes, até o faz no real, é porque pretende assumir o lugar de agente malévolos, do pai primevo, gozador. Enfim, age dessa forma porque sabe sobre a castração e mais, reconhece que dela é impossível escapar.

Então, observa-se que, apesar da constituição do fetiche produzir um triunfo sobre a castração, há indícios de que a angústia não pode ser neutralizada de forma total, pois ao mesmo tempo em que o sujeito rejeita a castração, ele a reconhece. Ora, percebe-se que a recusa está, desde o princípio, fadada a fracassar. Ela vai estar sujeita a sofrer desorganizações, e uma vez desorganizada, deixa o caminho livre para a emergência de angústia.

A aposta na vacilação da recusa da castração faz crer que a clínica da perversão não se reduz a impasses. Com isso, não estou negando o fato deles existirem e até de serem muito comuns, apenas acredito que uma análise se faz possível. É evidente que há grandes empecilhos, podemos citar os mais importantes para discuti-los.

Em primeiro lugar, a manutenção da cisão do eu têm como efeito psíquico o abrandamento da angústia, que é a grande responsável pelo andar de uma análise. Sem ela, o trabalho de elaboração é dificultado, como nos indicou Rudge (1999):

“A recusa suporta as contradições sem registrá-las. Assim que a encenação puder ser restaurada, a vitória perversa sobre a castração irá se restabelecer, cicatrizando-se de imediato a ferida narcísica, o que torna o processo psicanalítico problemático” (Rudge, 1999, p.7).

Problemático sim, mas não impossível. Afinal, enquanto a recusa não for restabelecida, a angústia estará presente.

Outra grande dificuldade, sobre a qual se baseiam os críticos que defendem ser impossível que um perverso fique em análise, é o fato dele carregar consigo a certeza do gozo sexual, um gozo *precário e petrificado* aos quais Lacan fez referência, no artigo *Kant com Sade* (1963).

Quanto à primeira qualidade do gozo, pode ser explicada a partir da máxima sadiana, construída por Lacan, de que qualquer corpo pode ser objeto de um gozo ilimitado. Esse discurso inerente à escrita de Sade instaura como sujeito

da enunciação um Outro livre (Lacan, 1998[1963]), enquanto o perverso, em oposição, se escraviza. Por essa razão, o gozo é precário, pois se encontra “preso” no Outro (*Ibid.*, p.783). Isto é, o perverso oferece seu corpo, sua voz, seus gestos ao grande Outro, servindo imaginariamente a ele como instrumento de prazer. Dessa forma, o sujeito da alienação é novamente fundado, como indica esta passagem:

“Mas o fixar-se seu gozo nela [na forma de fetiche] não o livra da humildade de um ato em que ele não pode entrar senão como ser carnal e, até a medula, servo do prazer” (Lacan, 1998[1963], p.784).

Já o aspecto petrificado do gozo pode ser entendido como oriundo da posição do perverso que se fixa na forma de fetiche negro e dessa forma cristaliza o gozo. Em virtude disso, o perverso não se submete aos intervalos e as cadências do tempo, visto ser um verdadeiro “capitalista do gozo” (Helsing, 1996a, p.18). Assim, passa a recusar também o tempo, como se pudesse pará-lo, eternizando, dessa forma, o gozo. Nesse sentido, afirma Helsing:

“o perverso, ao não aceitar os intervalos do gozo e os limites de sua cadência, passa a impor um frenesi ininterrupto às experiências do gozar, por onde se oporia à castração. Por este viés, a temporalidade seria transmutada no seu ser (...). Enfim, na perversão, existiria uma subversão contínua da ordem do tempo” (*Ibid.*, p.25).

Ora, isso indica que a temporalidade na perversão é peculiar, conforme Helsing (1996a) chama a atenção. Neste ponto, cabe trazer uma comparação entre perversão e neurose:

“Enquanto o obsessivo posterga, adia, empurra o tempo para depois, e o histérico, ante seu infantilismo, antecipa, o perverso está sempre na ‘hora certa’, gozando, com certeza, o tempo todo e se garantindo contra o tempo via gozo” (*Ibid.*, p.30).

Portanto, o perverso idealiza a pulsão por seu movimento frenético e compulsivo, “gozando do outro que só perde por esperar” (*Ibid.*, p.154).

Pode-se observar que o gozo toma esta característica na literatura libertina sadiana, nela a vítima resiste, mostrando-se “indestrutível”, como se pudesse suportar a dor eternamente (Lacan, 1995[1959-60], p.316).

Em resumo, livre da culpa que acompanha os neuróticos, e pronto para transgredir as normas, inclusive sexuais, o perverso tem acesso a um gozo que é

interditado para os neuróticos. Segundo Miller (2001), esse é um gozo impossível de ser transmitido:

“(...) o perverso pode apresentar-se como capaz de revelar a verdade do gozo ao não-perverso. E às vezes, um perverso sofre ao deter um conhecimento do gozo sexual que não pode comunicar, então o perverso vive, em nossa sociedade humana, às vezes, em uma sociedade secreta de iniciados, mas pequena e reduzida” (Miller, 2001, p.15-16).

Os perversos carregam uma certeza sobre o gozo sexual. Daí a afirmação de Lacan de que só os perversos poderiam falar de perversão, o que se explica por haver um mais gozar perverso, sobre o qual o neurótico nada sabe.

Quando um deles procura uma análise, e nesse caso segundo a categorização feita por Miller (2001), não se trataria de um *verdadeiro perverso* mas de um *perverso clínico*, é sinal de que há algo errado com a certeza de gozo.

“Este é o paradoxo do perverso analizante, alguém que tem, em um certo nível uma resposta segura e que, no entanto, está perplexo e trabalha” (*Ibid.*, p.21).

Impossível não assinalar que este raciocínio partilha da qualidade do jogo: “cara eu ganho, coroa você perde”. O autor busca uma forma de resolver a problemática da “inacessibilidade do perverso” à análise (*Ibid.*, p.20), dividindo-os em perversos satisfeitos com o gozo, *verdadeiros perversos*, e os insatisfeitos em relação a este. Segundo esta proposta, quem vai para a análise não é um *verdadeiro perverso*.

Sabe-se bem que a forma como os neuróticos chegam em análise é totalmente diferente, eles têm dúvida quanto ao seu gozo, não sabem ao certo onde se atrapalham (*Ibid.*). E mais, sofrem porque desconhecem seu desejo, ignoram que este esteja alienado ao desejo do Outro, conforme indica o autor:

“O neurótico, bem, seu juízo é algo simples, o neurótico está fundamentalmente na incerteza sobre a gratificação sexual, o neurótico não sabe onde se atrapalha, o melhor que sabe é que tem uma dificuldade em algum ponto a este respeito, que tem um déficit em algum ponto acerca da gratificação sexual” (*Ibid.*, p.19-20).

Segundo alerta Miller (2001), para que se verifique o efeito do Sujeito Suposto Saber é preciso haver uma interrogação, um vazio, no lugar do gozo. Neste ponto então, se encontra a dificuldade do perverso entrar em análise. Pois, “se na neurose há pergunta pelo desejo, na perversão há resposta antecipada pela certeza do gozo do outro” (Helsing, 1996a, p.153). O fato de ter o objeto sexual

à mão implica em portar “a resposta que se produz no real de sua constituição subjetiva” (Miller, 2001, p.20).

Nota-se que, na perversão, a consistência de gozo leva à obstrução do desejo. Dele, o sujeito se defende, para evitar dessa forma qualquer interrogação sobre a falta e, por conseguinte, sobre a castração. O fetiche encobre essa ação aniquiladora, na medida em que se constitui como objeto exclusivo de satisfação sexual, conforme explica Lacan nesta passagem:

“Pois não é o sapatinho (...), nem o que quer que seja em que vocês encarnavam o fetiche, que é desejado, mas o fetiche causa o desejo que vai se engancha onde ele pode; naquela em quem não é absolutamente necessário que seja ela quem calça o sapatinho (...) para o fetichista, é preciso que o fetiche esteja lá, que ele é a condição com a qual se sustenta o desejo (Lacan, 1996[1962-63], p.110).

A estratégia de eleição de um objeto inanimado como causa de desejo garante a proteção do sujeito contra a falta, e, mais especificamente, contra a inconsistência do Outro. No seu seminário sobre a relação de objeto, Lacan (1995[1956-57]) ressaltou que a satisfação sexual obtida através de um objeto tem como efeito neutralizar a angústia que advém do encontro amoroso, onde se sabe que a relação sexual é impossível.

“No fetichismo, o próprio sujeito diz que encontrou finalmente seu objeto, seu objeto exclusivo, tanto mais satisfatório quanto é inanimado. Assim, ao menos, ele ficará muito tranqüilo, certo de não sofrer decepção por parte dele. Amar um chinelo é, realmente, ter o objeto de seus desejos ao alcance. Um objeto desprovido de qualquer propriedade subjetiva, intersubjetiva, até mesmo transubjetiva, é mais garantido” (*Ibid.*, p.85).

O perverso trabalha intensamente em prol do gozo, como um burro de carga² (Lacan, 1995[1964]). E conseqüentemente, gasta toda sua energia evitando o surgimento do desejo, justamente com o propósito de se precaver contra desagradáveis surpresas que poderiam suscitar angústia, como explica Rudge:

Para obter esse efeito [que a angústia não sobrevenha], o perverso tem um enorme trabalho, e sua atividade em prol da recusa, surgindo nas várias formas de sedução, controle, etc., é freqüentemente interpretada como efeito de um compromisso com o desejo. Ironicamente é o inverso. É o esforço defensivo contra o desejar que promove a incessante atividade (...). O perverso trabalha para não desejar, já que o desejo remete para a angústia de castração, da qual todo o seu esforço é para se evadir (Rudge, 1999, p.6-7).

² No texto de Lacan, a referência foi feita em relação ao masoquista, mas acredito que esta observação possa ser ampliada em consideração aos efeitos da recusa à castração de modo geral.

Além de todos esses obstáculos apresentados, há um outro, muito forte também: é bem improvável que o perverso deposite no analista uma suposição de saber sobre algo que o aflige, como fazem os neuróticos e psicóticos, já que:

“O saber do perverso é igualmente um saber constituído que recusa reconhecer sua inserção subjetiva num ‘não-saber’ que o precede (...). É finalmente uma espécie de saber rígido, implacável, inapto para ser revisado diante do desmentido dos fatos, esse saber sobre as coisas do erotismo que se sente seguro de obter em qualquer circunstância o gozo do outro” (Clavreul, 1990[1967], p.129).

Assim, sob este ponto de vista, constata-se que o manejo da transferência, em algumas circunstâncias, torna-se extremamente delicado, pois como apontou o autor (*Ibid.*), é fácil cair nos extremos: numa posição superegóica por um lado e conivente do outro, na medida em que a vontade de gozo do perverso pode ser atuada com o analista.

“Provavelmente é aí que somos provocados, no lugar em que aparece uma interrogação sobre uma ética da psicanálise ou, o que dá no mesmo, sobre o desejo do analista (...). Assim acontece de o analista encontrar-se reduzido ou a uma posição moralizante ou a uma posição perversa, com uma grande facilidade de passar de uma a outra” (*Ibid.*, p.137-138).

Sabe-se que o perverso precisa da presença de um terceiro, que assim ocupa o lugar do Outro, como testemunha de sua insubmissão à castração, e na clínica esse, amiúde, é o próprio analista. Desse modo, faz dele um elemento integrante do ato perverso, que se reproduz em análise. Nesse caso, o perverso se oferece como “instrumento de gozo no próprio cenário analítico” (Helsing, 1996a, p.39), retirando o analista do lugar de *sujeito-suposto-saber* e colocando-o no lugar de *sujeito-suposto-gozar* (André, 1995).

Por outro lado, o perverso pode colocar o analista na posição do outro menor, insistindo em dividi-lo. Afinal, o deslocamento da libido do paciente para a figura do analista, próprio à transferência, implica na inclusão deste em uma das séries psíquicas já formadas (Freud, 1996[1912]). Ademais, o analisando repetirá com o analista seu sintoma, reproduzindo o modo peculiar de se relacionar com o outro, em outras palavras, o seu estilo de laço social. Então, não é de se espantar que ocorram casos como o vivido por Dor, em que um paciente lhe revelou ser sua filha uma de suas parceiras sexuais “mais depravadas e híbridas” (Dor *apud* Helsing, 1996a, p.193).

Por último, o perverso pode disputar o lugar de objeto a, colocando-se como causa de desejo do analista. Por isso, temos de estar atentos à nossa função.

Outra importante questão, tabu para nós analistas, é a desconfiança do verdadeiro motivo que traz o perverso para a análise, pois não é raro aparecerem intenções escusas, conforme assinala Clavreul:

Não sou o primeiro analista a observar que a demanda que nos é feita por um perverso é particularmente estranha, ambígua (...). Vem o perverso procurar junto de nós uma proteção contra os eventuais problemas médico-legais, tentando assim reduzir-nos ao papel cúmplice do protetor? Ou procurar aos olhos de terceiros provar sua boa vontade? Ou, ainda, quer se livrar de determinada perturbaçãozinha que o incomoda enquanto permanece firmemente decidido a não modificar nada de essencial (Clavreul, 1990[1967], p.137).

Reproduzi aqui suas palavras, porque me deparei com alguns destes mesmos questionamentos na clínica. Quando li essa passagem, lembrei-me de situações vividas no trabalho que realizei, por mais de três anos, numa ONG situada no IPUB/UFRJ (Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro), chamada NAV (Núcleo de Atenção à Violência) e composta por psicanalistas que prestavam atendimento gratuito a crianças, adolescentes e adultos envolvidos com violência doméstica. Apenas no NAV e na Clínica da Violência (onde o atendimento era pago), os “autores da agressão”, como os chamávamos, a fim de evitar a colagem entre sujeito e ato que a palavra “agressor” sugere, eram atendidos no Rio de Janeiro. Entre alguns destes, e todos a que me refiro foram encaminhados pela Justiça, observei que compareciam à clínica certos de que ganhariam com isso um crédito legal, ou seja, seriam vistos como regenerados em potencial. Normalmente, o maior interesse deles era obter um comprovante da instituição que atestasse sua frequência regular, ou até, o comparecimento à primeira entrevista. Diante da negativa de lhes entregar o papel imediatamente ou de redigir qualquer parecer sobre o caso, os pacientes acabavam desistindo do tratamento depois de algum tempo.

Ora, sei que de alguma forma, o trabalho analítico estava comprometido pela forma como o encaminhamento havia sido realizado. Era comum que o paciente acreditasse que o NAV era uma instituição com atribuição jurídica. Assim, já era esperado que o analista fosse colocado no papel de normativizador. Sabíamos que, desde a primeira vez em que o sujeito era ouvido, devíamos nos posicionar de modo a desfazer esse entendimento equivocado.

Um dos casos foi de um sujeito, de aproximadamente 35 anos. Ele havia abusado sexualmente da enteada de 8, que criara desde seu nascimento, e procurou atendimento, orientado por uma assistente social da Justiça. Suspeito que se tratava de perversão, embora o número de sessões tenha sido insuficiente para um exame criterioso. Logo na primeira entrevista, de triagem, ele já deixou claro que sua presença se devia à necessidade de levar consigo um papel que confirmasse estar em tratamento. A assistente que o encaminhara havia lhe dito que isto lhe ajudaria muito, já que estava sendo processado pelo Estado.

Seu modo de me olhar causou-me muito desconforto, pois era intimidador e, num certo ponto, maligno. Não se mostrava envergonhado, culpado e nem constrangido. Disse que estava tudo bem entre ele e a esposa, e com sua enteada também. Diante de algumas perguntas sobre o que tinha acontecido, reagiu muito agressivamente. Disse que fazia “brincadeiras” com a sua enteada, que costumava brincar muito com a criança. Na saída, desculpou-se pela forma como agiu, dizendo que estava muito nervoso.

Em virtude de faltas sucessivas, entrei em contato com um telefone celular que ele deixara na ficha de triagem, seguindo as orientações da instituição de convocá-lo para uma segunda entrevista. Quando eu chamei por ele no telefone, fui xingada por um sujeito na outra linha, que me insultou, e então eu falei quem eu era, disse que não estava entendendo, que o Fulano havia me dado esse telefone... E a pessoa, que não se identificou, disse que o número não era do Fulano, mas que daria a ele o recado. Formou-se, então, um grande mal-estar, se o telefone não era dele, e mais, se era de alguém pronto a ultrajar quem quer que procurasse por ele, por que me deu o número? Segunda questão, e se fosse de fato ele no telefone? Entretanto, como eu estava seguindo o trâmite da instituição, e nesse caso deveria chamá-lo para uma segunda entrevista, enviei-lhe um telegrama, mas ele não apareceu mais. Devo confessar que me senti aliviada. Qual não foi minha surpresa quando ele compareceu ao NAV à minha procura, algumas semanas depois. Quando perguntado do telefonema, respondeu que não havia recebido recado algum. Sobre o telegrama, alegou que havia entendido que era para comparecer em outro lugar, para onde se dirigiu. Não consegui evitar ouvir aquela estória como um conto da carochinha. E, lá estava ele novamente atrás do famoso “papel”. Deixou claro que não queria mais retornar, e disse que se

precisasse de ajuda, procuraria um lugar perto de sua residência. Assim, o caso foi encerrado.

Parece-me então ser uma dedução lógica que a análise com perversos esteja muito mais sujeita a contra-transferências intensas, do que a com neuróticos. Pois, a angústia do analista poderá ser buscada pelo perverso. Assim, gostaria de trazer uma reflexão de Helsinger sobre sua experiência clínica:

“Houve transgressões, ataques ao contrato, perversidades no *setting*, mas se ousamos atender aos perversos sofreremos os avatares de suas montagens. Suportar transferencialmente um tratamento psicanalítico de um analisando de estrutura perversa, tem sido um difícil desafio” (Helsinger, 1996b, p.982-983).

Apesar dos obstáculos na clínica ressaltados nos parágrafos acima, não podemos recuar diante da perversão. Embora aparentemente estejamos diante de um gozador, de alguém que não sofre com o martírio da culpa e tem desinibição suficiente para obter um gozo consistente, trata-se na realidade de um sujeito alienado ao Outro, escravizado, preso aos Seus ditames de gozo. Portanto, não devemos ignorar o sofrimento de um sujeito condenado à repetição do sintoma. Como nos ensinou Freud, ao invés de repetir o paciente deve elaborar. Acredito que a direção da cura deva seguir este caminho.